

GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES



ARTIGO

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CUIABÁ: RESISTÊNCIA E AUTO- ORGANIZAÇÃO

*The people in the street in Cuiabá: resistance and self-
organization*

*Population en situation de rue a Cuiabá: résistance et auto-
organisation*

Eliete Borges Lopes

Doutora em Educação. Professora efetiva da rede básica de ensino do Estado de Mato Grosso (SEDUC).
E-mail: teseelite@gmail.com

Como citar este artigo:

LOPES, Eliete Borges. População em situação de rua em Cuiabá: resistência e auto-organização. **GEOGRAFIA: Ambiente, Educação e Sociedades – GeoAmbES**, jul./dez. vol. 2, n. 1, p. 152-168, 2019. ISSN 25959026.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/geoambes/index>

Volume 2, número 1 (2019)
ISSN 25959026

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CUIABÁ: RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO

The people in the street in Cuiabá: resistance and self-organization

Population en situation de rue a Cuiabá: résistance et auto-organisation

Resumo

O presente artigo defende que, existia em Cuiabá uma comunidade em situação de rua que habitava a Ilha do Bananal, no Centro da Cidade, possuidora de uma auto-organização originada dos arte-fatos e afetos que mobilizavam. Esta manifestação social foi descrita a partir da pesquisa de campo exploratória e contou com diálogos com moradores e descrição dos fenômenos que compunham a comunidade que lá habitava. Os arte-fatos e afetos são uma maneira de dizer das culturas material e imaterial que envolviam a vida da população da Ilha. A pesquisa revelou que, mesmo vivendo sob a égide da vulnerabilidade, a comunidade da Ilha do Bananal conseguia resistir a fenômenos como a pobreza e a violência. O trajeto de pesquisa se desenvolveu a partir da interação entre a população em situação de rua e os diversos elementos presentes na comunidade, quer seja, a dimensão arquitetônica, os graffitis ou os atos performativos da vida na rua.

Palavras-chaves: Arte-fatos; Afetos; Episteme das ruas.

Abstract

This article argues that in Cuiabá there used to be a community in a street situation that inhabited Bananal Island, in the City Center, with a self-organizational origination from art-facts and affections. This social manifestation was described based on exploratory fieldwork and consisted of conversations with residents and the description of phenomena that composed the community that lived there. The art-facts and affections are a way of talking about the material and immaterial cultures that involved the life of the people from the Island. The research revealed that, even though living under the aegis of vulnerability, the Bananal Island community was able to resist phenomena such as poverty and violence. The research path developed from the interaction between the people in the street situation and the elements present in the community such as the architectural dimension, the graffiti and the acts of life performed in the street.

Key words: Art-facts; Affections; Episteme of the streets.

Résumé

Cet article soutient qu'il y avait à Cuiabá une communauté en situation de rue qui habitaient l'Île du Bananal, dans le centre-ville, détentrice d'une auto-organisation originaire des art-faits et des affections qu'ils mobilisaient. Cette manifestation sociale a été décrite à partir de la recherche de terrain exploratoire et a compté sur des dialogues avec les résidents et la description des phénomènes qui composaient la communauté qui y vivait. Les art-faits et les affections sont une façon de parler des cultures matérielles et imatérielles qui impliquaient la vie de la population de l'Île. La recherche a révélé que même vivant sous l'égide de la vulnérabilité, la communauté de l'Île de Bananal était capable de résister à des phénomènes tels que la pauvreté et la violence. Le parcours de la recherche s'est développé à partir de l'interaction entre la population en situation de rue et les différents éléments présents dans la communauté, que ce soit la dimension architecturale, les graffitis ou les actes performatifs de la vie dans la rue.

Mots-clés : Art-faits ; Affections ; Épistémè des rues.

Introdução

A ideia em torno da qual está centrado este artigo diz respeito à existência de uma comunidade de rua vivendo no Centro da Cidade de Cuiabá. Para fundamentar a tese, a pesquisa se estruturou nas seguintes fases: cartografia das ruas, pesquisa exploratória e interpretação-descrição dos fenômenos. Nestas etapas, descobrimos uma comunidade composta por mais de sessenta (60) pessoas vivendo numa localidade chamada de Ilha do Bananal, Ilha da Banana ou Casarão. Essa região estava situada geograficamente entre o Morro da Luz e o Beco do Candeeiro no Centro Norte da Cidade de Cuiabá-MT-BR.

A segunda noção que sustentou a tese, e que percebemos por intermédio de observação e interação com a comunidade da Ilha do Bananal, era a de que o local possuía uma auto-organização e que este aspecto foi determinante para sua sobrevivência enquanto comunidade nômade. A ilha foi recentemente destruída. Sua demolição foi promovida pelo município e o estado. Violou todos os direitos da população que residia no local e provocou uma desterritorialização da população, que ficou abrigada em uma casa cedida pela prefeitura, mas que sem amparo não se mostrou um abrigo seguro, nem teve condições de se manter como ambiente duradouro para o abrigo das pessoas deslocadas do Morro da Luz.

A Ilha do Bananal, no Morro da Luz, possuía um envoltório de temas crítico-reflexivos com grande potencial educativo, vinculados ao seu território e entorno, constituído principalmente pelos *grafittis*.

A relação entre patrimônio arquitetônico, *grafittis* e performances da população em situação de rua, dá-nos o cenário da Ilha como um território que, apesar da violência a ele relegado, possuía potencial educativo, do ponto de vista de que a comunidade engendrava um teatro e pedagogia dos oprimidos, forjando a particularidade simbólico-comunicacional do vir a ser deste território. Ao longo do trabalho de doutoramento intitulado “A vida no *front: arte-fatos e afetos* de uma comunidade em situação de rua”, cada um desses elementos pode ser descrito e compartilhado em sua potencialidade.

A Ilha do Bananal mobilizou todos esses elementos que chamamos aqui de *arte-fatos* e de *afetos* e que são, em suas ligações com o contexto de vida da cidade, o âmbito comunitário, a vida comum ou vida ora compartilhada na Ilha. Os *afetos* dizem respeito a toda interação e maneira de se presentificar e de se conectar ao território, de sorte que também o meu *afeto* de conexão analítico-descritivo e desejante, formou com as pessoas do lugar e a cultura, um

prisma das paisagens da ilha; no entanto, hoje, está população e mesmo a pesquisa em questão, encontram-se em processo de desterritorialização; sua reterritorialização depende dos destinos coletivos e individuais que possamos tomar, de maneira que em grande medida, este trabalho está em suspenso, contanto mais como uma memória do que como um movimento presente.

As pedagogias comprometidas com as lutas pela terra e território nos dão expectativa de poder neste sentido, mergulhar na cultura de rua, pensá-la a partir das comunidades, para assim poder trazer à tona uma episteme nova – uma episteme que se configure como uma episteme do Sul e, mais ainda, como uma episteme das ruas do Sul.

Apesar de não resistir enquanto materialidade, os afetos presentes na ilha, apesar de desterritorializados, como rizomas, ainda resistem e resistirão sempre, a não ser que aniquilados. O aniquilamento do estado não é uma suspeita vã, ao contrário, já se faz sentir na expectativa da mídia que noticia a todo momento uma saída fácil; na expectativa dos poderes de governo e de “gestão” também já se visualizam alternativas como as comunidades terapêuticas, as internações compulsórias, as passagens só de ida, e assim, a configuração de uma nova política se faz na contramão de tantas ações que visam o extermínio da população em situação de rua em Cuiabá.

No front da vida

Meu lugar de pertencimento na pesquisa junto à população em situação de rua, é um lugar que está no coletivo; não é meu: é nosso. E nesse lugar, onde pesquisa e vida não se separam, o esforço é o de compreender, por exemplo, como se constituiu a Comunidade da Ilha do Bananal, com seus traços particulares de bando e nomadismo, e como articulou os *arte-fatos* e os afetos relativos ao território.

Trata-se de comunidades de sujeitos coletivos que se negam a um coletivismo gregário, sujeitos políticos que destronam a política na crítica que fazem, enquanto aqueles que se sabem tornados vulneráveis, e que essa condição é, ao mesmo tempo, uma forma de existir e resistir, portanto de *r-existir*.

R-existir ganha um sentido de vida, daquele que está lançado na existência como sobrevivente, isto é, aquele que existe em combate com tudo aquilo que o hostiliza, ou seja,

que ameaça a sua própria existência e que no combate pela sua manutenção, encontra a existência como resistência, por isso *R-existe*.

Essas populações, que na vida estão como que na linha de frente, no front mesmo de um combate travado em nome de uma suposta civilidade, lidam com Estado, Governo, Sociedade e Política, que os qualificam como incivilizados, selvagens, sem alma, sujos, ladrões, imorais, doentes, loucos e animais.

Assim, estar no front afirma uma alternativa, uma escolha, mas também uma falta de opção, uma violência. Se, por um lado, revela uma potência, uma condição de possibilidade, uma vida nova, um devir criança, um devir animal e um devir louco, por outro, evidencia a maneira colonial de tratar essa população em muitos gradientes de normatividade, que transformam a condição de diferença numa profunda desigualdade. A manutenção da vida dessa população constitui uma luta contrária à colonialidade do viver e do habitar. A comunidade de rua, ou comunidade no front, além de evidenciar que o processo de Colonialidade do habitar e o silenciamento do *r-existir* dessas populações são estratégias do sistema-mundo-capitalista, de um poder soberano (para lembrar Agambem), também fazem ver que o silenciamento atinge seu ápice como marca do processo civilizatório e que nos massacres, chacinas e assassinatos que promovem o aniquilamento da população em situação de rua, se tem a marca de seu poder de destruir populações.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos (AGAMBEN, 2004, p. 13).

Dizer da existência de uma população de rua organizada numa comunidade, como a comunidade da Ilha do Bananal, é problematizar a legitimidade da morte na rua, pois enfrentar que não é um problema viver na rua, propõe-nos uma visão nova da vida em sua manifestação, entendendo que o problema da vida na rua não é propriamente a vida na rua, mas sim a morte na rua, ou seja, a autorização da morte na rua e sua não autorização enquanto manutenção da vida.

Se viver significa morrer, deixar morrer e ao mesmo tempo, fazer viver, o que poderia, nestas condições, afirmar a vida? Eis uma questão importante e por isso entendemos que falar da comunidade de rua, de seus *arte-fatos e afetos* de vida é a melhor maneira de afirmar a vida; é disso que se trata. Não uma vida idealizada, ou que tenha dimensões prescritivas de como ela deva ser vivida, nem mesmo uma vida que não deseje a morte, ou que não tenha a morte como a espreita; sabemos que não se trata disso.

Cartografia para entender a auto-organização

Na cartografia existem territórios, habitações, afetos, trajetos e laços sociais no funcionamento de uma política de ruação; Ruação possui um sentido original de ruar, isto é, de fazer ruação, que consiste em tirar à volta da planta, folhas, gravetos e pequenos sedimentos para que o fogo não tenha como destruí-la. Na introdução do livro, que é o resultado de diversas pesquisas feitas a partir do projeto RuAção, assim escreve Solange T. de Lima Guimarães: RuAção: Das epistemologias da rua à Política da rua é o primeiro volume de uma série nominada Palavração: pesquisa e vulnerabilidades. Ele integra o conjunto de pesquisas do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação (GPMSE) e do Grupo de Estudos Educação em Merleau-Ponty (GEMPO), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) – Mestrado e Doutorado – do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Esta pesquisa, proposta pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, advém do Centro de Referência dos Direitos Humanos de Mato Grosso, referido à Secretaria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Gabinete da Presidência da República no Brasil, órgão financiador.

O Centro de Referência em Direitos Humanos, como proponente da pesquisa, é uma unidade da Secretaria de Estado de Direitos Humanos de Mato Grosso, criado pelo Decreto nº 1.094/2011. Dentre suas finalidades, propõe-se: ser um espaço de promoção, defesa, garantia e ampliação dos direitos de grupos e pessoas em condição de vulnerabilidade social, nas quais se incluem as populações em situação de rua; além de ser um espaço dialógico de articulação política dos movimentos sociais, de produção e difusão de conhecimentos relativos aos direitos humanos e à dimensão política dos cidadãos. Essa política está imbuída de aspectos da produção da vida social e da produção de uma cultura que, mesmo na subalternidade,

possui grande pertença aos movimentos sociais e de luta, pois cada auto-organização nômade configura no espaço urbano maneiras de enfrentar as políticas mais hostis.

A cartografia pensada numa perspectiva de pesquisa exploratória proporcionou dimensionar o contexto mais amplo da cidade. Neste momento, foram importantes as fotografias, escolha de material bibliográfico de pesquisa, escolha de lugares para observar, descoberta de quem eram os moradores de cada região, traçado de quais lugares eram mais frequentados, quais horários apareciam para pedir, para dormir, para passear. Atualmente, o território está desligado desta pesquisa, já que foi destruído, os prédios foram destruídos e a população foi expulsa da comunidade.

Durante a pesquisa, o campo contou com o registro sistemático de toda pessoa em situação de rua que eu encontrei, sendo que, com algumas delas, havendo a possibilidade de uma conversa informal, dava-se independentemente de seu registro através dos instrumentos de gravação em áudio ou audiovisual, transcrição ou notas em caderno de campo, sendo estas reservadas a momentos imediatamente posteriores.

A perspectiva de uma singularidade qualquer acabou por se transformar numa importante realidade de leitura, de interpretação e de descrição. Entendemos que manter a possibilidade do anonimato quer dizer potencializar os encontros e proteger as pessoas em situação de rua. Revelar as pessoas que desejam passar sem serem notadas, portanto, como singularidades qualquer, para usar um termo de Agambem, também constitui uma questão ética muito séria do ponto de vista da pesquisa.

Como desafiar aquelas instâncias que expropriam o comum, e que o transcendentalizaram? É onde Agambem evoca uma resistência vinda, não como antes, de uma classe, um partido, um sindicato, um grupo, uma minoria, mas de uma singularidade qualquer, do qualquer um, como aquele que desafia um tanque de guerra na Praça Tienanmen, que já não se define por sua pertinência a uma identidade específica, seja de um grupo político ou um movimento social. É o que o Estado não pode tolerar a singularidade qualquer que o reusa sem constituir uma réplica espelhada do próprio Estado na figura de uma formação reconhecível. A singularidade qualquer, que não reivindica uma identidade, que não faz valer um liame social, que constitui uma multiplicidade inconstante, como diria Cantor. Singularidades que declinam toda identidade e toda condição de pertinência, mas manifestam seu ser comum – é a condição, diz Agambem, de toda uma política futura. Bento Prado Jr., referindo-se a Deleuze, utilizou uma expressão adequada a uma tal figura: o solitário solidário (PELBART, 2003, p. 39).

Toda a cartografia do nosso trabalho desembocou na circunscrição de um território mais imediato que envolvia a Ilha do Bananal, e levou-nos a perceber a população de rua dispersa

por toda a cidade e ao mesmo tempo concentrada em algumas áreas, formando pequenas comunidades ou ilhas, como a Ilha do Bananal. Hoje, a população da ilha está dispersa, não existe mais uma comunidade, o território dispõe de configurações absolutamente distintas.

A existência da ilha impôs a existência de um território; o território é poroso, cheio de rugosidades e essas rugosidades, para usar uma expressão deleuzeana, criam a existência da habitação como um dado do território, um estriamento do território. O território da ilha não é liso, é estriado, cheio de reentrâncias, de diferenças. Agora está ainda mais rugoso.

O território não é primeiro em relação à marca qualitativa, é a marca que faz o território. As funções num território não são primeiras, elas supõem antes uma expressividade que faz território. É bem nesse sentido que o território e as funções que nele se exercem são produtos da territorialização (DELEUZE & GUATTARI, 1997).

O território da Ilha do Bananal possuía destes afetos, comungava desses objetos *arte-fatos*. Numa das paredes do casarão podíamos ver, por exemplo, um barquinho. O barquinho, representando o que a fragilidade em meio ao caos e destruição do monumento, criava uma atmosfera em que a cultura de rua, com seus artistas, poetas e moradores, configurava um único movimento cheio de reentrâncias e desdobramentos de uns sobre os outros. Um outro elemento que aparecia era um palhaço triste, que se situava na beira de uma janela que estava ruindo. Este desenho representava aquilo que poderia ser ludibriado, enganado ou surrupiado, por isso a tristeza, a crise, a ruína. O que, de fato, se procedeu de maneira profética.

Circulação circular e *arte-fatos*

Um aspecto importante – e que, a saber, foi enunciado propositalmente de maneira redundante neste subtítulo – é o da existência de uma circularidade que compõe as ilhas.

Apesar do foco ter sido na Ilha do Bananal, como o lugar de morada da Comunidade, todo o círculo que vou descrever é composto não de uma ilha – a Ilha do Bananal –, mas de um sistema de ilhas que compreende o Morro da Luz como uma ilha de descanso em meio à natureza, um refrigerio por assim dizer; o Beco do Candeeiro como uma Ilha de busca de tudo que a comunidade precisa: alimento, água, drogas, álcool, sexo, lazer e dinheiro e a própria Ilha do Bananal, que era a ilha habitat e a que mais se aproximava da ideia da casa.

Os elementos casa, quintal e cidade estão todos presentes num único círculo. Todos esses elementos constituem os *arte-fatos e os afetos* que circulam no arquipélago e que tinha sua proteção fechada, principalmente, na Ilha do Bananal, mas que também conta com pontos cegos em todas as ilhas.

O contato entre os moradores da Ilha do Bananal se dava no interior da Ilha, entre as avenidas Prainha (Tenente Coronel Duarte), Historiador Rubens de Mendonça, Coronel Escolástico e Voluntários da Pátria, sendo que o entorno da ilha estava circunscrito também à Rua Galdino Pimentel, Candido Mariano e Voluntários da Pátria.

O percurso principal dos moradores que circulavam pela ilha podia ser pensado também como pontos entre a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de São Benedito, Mesquita Islâmica e Igreja da Matriz. Sendo que daí, circulavam entre a Igreja Bom Despacho, Universal do Reino de Deus, Praça Ipiranga, Praça da República, Praça Alencastro e sinaleiros do início da Avenida Historiador Rubens de Mendonça.

Outro aspecto importante a salientar é que em frente, ao lado ou nas imediações imediatas das igrejas, encontram-se no arquipélago, bares, prostíbulos e pontos de comércio de *crack* – dentre outras drogas –, de maneira a entrelaçar essas dimensões numa única vivência do urbano na região das ilhas.

Alguns dos percursos que mais me chamaram a atenção foram os de consumo e de busca por drogas e o de interação para se conseguir comida, água e, eventualmente, roupas – também os percursos que visavam sexo e descanso.

O percurso mais usual da comunidade era o do Beco para a Ilha do Bananal, da Ilha para o Beco – este percurso era o de uso de drogas. O segundo percurso a se destacar era o da Ilha-Beco-Ilha-Morro. Esse percurso englobava uma meia lua em que a comunidade se mobiliza indo até o Beco para buscar a pedra *crack*, de lá ia para a Ilha e da Ilha saía depois do uso em busca de um lugar pra viagem (efeito entorpecente do uso). No caso, o Morro da Luz oferecia essa espécie de tranquilidade junto à natureza, configurava uma ilha de paz e era onde a onda ou viagem podia bater sem noia (mania de perseguição advinda do uso do *crack* e do seu efeito de adição).

Um outro *arte-fato* da circulação presente nos trajetos afetivos da comunidade da Ilha do Bananal, era o trajeto das rotas de mendicância. Faço aqui apenas um breve parêntese sobre a questão do afeto para dizer que, por afeto, estamos entendendo a ligação entre os moradores de rua com a rua em uma dimensão de impregnação da cidade sobre os moradores.

no sentido daquilo que é escolhido como rota, território e lugar de ligação pela sua imensa impregnação, pela sua impressão e forte relação com os moradores. A dimensão que então muito me importava enquanto *arte-fato* para a comunidade era a do esmolar, mendigar ou pedir.

A economia de quem mora na rua é a economia mais afetada pelas condições sociais; na economia da rua, as questões de classes se tornam inegáveis. As discriminações e as diversas maneiras de segregar aparecem como fato de empobrecimento e, ao mesmo tempo, aparecem uma vez mais como maneira de *r-existir* dentro da lógica capitalista, dado que as falas são de “desprendimento de questões materiais”, como aparece no discurso de quem mora na rua. Existem maneiras diversas do aparecimento dessa economia no discurso da rua: uma delas diz respeito à revolta, a outra diz respeito à conformidade; a outra ainda diz respeito à não necessidade e outra, ainda, como desejo.

Das Jangadas de pedra¹

As imagens da rua: o que pensar sobre as imagens da rua? As imagens são um perigo constante, advertia Walter Benjamin, um perigo iminente a substituir a realidade mesma pela sua capacidade de valor de verdade e de aderência à realidade. Sua advertência diz respeito, sobretudo, às imagens da propaganda.

Nietzsche fará o seu alerta quanto aos grandes acontecimentos que impregnam com a aura do grandioso, do esplendoroso e, necessariamente, invoca a reificação das formas consagradas, e que, portanto, não permitem vir o novo. Mas, o que se faz ouvir das ruas?

Acabamos por ter em mente essas advertências para pensarmos na contramão delas – pensar a partir do que é o cotidiano –, o que até certo ponto se mostra também muito adequado à vida que se leva na rua, jogando duplamente com o aparecimento e o apagamento, aparecimento do fenômeno como fenômeno grandiloquente e apagamento do fenômeno

¹ Referência ao livro *Jangada de Pedra* de José Saramago, em que Saramago conta as peripécias dos moradores de uma imensa lasca de pedra que começa a se desprender e navegar tal qual uma ilha flutuante; assim a história de Zé se inicia: Quando Joana Carda riscou o chão com a vara de negrilho, todos os cães de Cérbere começaram a ladrar, lançando em pânico e terror os habitantes, pois desde os tempos mais antigos se acreditava que, ladrando ali animais caninos que sempre tinham sido mudos, estaria o mundo universal próximo de extinguir-se.

enquanto “esquadrinhável” ou “aprisionável”, assim funcionando como pistas, rastros, que visam levar a muitos lugares e nunca a uma única maneira de ver e sentir.

A dimensão de mando do Estado, de organização, de esquadrinhamento da vida nua está presente nas políticas e no *modus operandi* das instituições. Uma das principais leis, no sentido de se fazer existir um imperativo, é a da limpeza. A limpeza urbana, historicamente, é abordada do ponto de vista da saúde, da organização coletiva, do direito etc, sendo este um discurso que justificou a colonização, por exemplo, da cultura dos povos nativos brasileiros.

Por cidade limpa, entende-se aquela que esconde as pessoas com baixa renda e, principalmente, as que não possuem renda, aquelas que têm na rua seu meio de existência, aquelas que sobrevivem do lixo, aquelas que não servem aos ideais sépticos das instituições.

O higienismo, promovido pela Copa de 2014, incorporou novas formas e novos discursos e tem sua raiz nos processos de gentrificação como um processo de dominação e apropriação do espaço, através da consagrada união entre discurso desenvolvimentista, segurança e embelezamento.

Estas ações são afinadas política, estética e eticamente com um projeto elitista, que visa uma pobreza que seja inodora, incolor e insípida – que esteja bem distante, enquanto não se pode ou enquanto não se consegue eliminá-la. Lembremos que isso também ocorre com a chegada das classes médias a bairros populares através, principalmente, de condomínio fechados e que em todas as cidades médias e de grande porte, tem sido uma constante.

Tanto o desabrigo, quanto a despossessão da terra, são motivos pelos quais, historicamente, tem sido levada às ruas uma população de pessoas pobres, negras e empobrecidos, que se tornam a população em situação de rua. O que queremos dizer é que existe uma maneira de pensar e viver a rua, que é derivada da conjugação de pelo menos dois aspectos que convergem em muitas histórias de vida: a perspectiva de que ao se perder o lugar a pessoa precise ir para a rua e a perspectiva de que a pessoa, sentindo-se sem lugar, também necessita da mesma para viver.

Sabemos que esses processos se implicam mutuamente e que os determinismos de tipo social, a miséria, a fome, a falta de moradia levam as pessoas à rua, mas fazemos uma ressalva de que, geralmente, essa dimensão social está implicada no empobrecimento, na falta de acesso à educação, na dificuldade em lidar com problemas de saúde e problemas de saúde mental, bem como dependência química e a falta do emprego ou a perda dele.

As práticas-discursivas e o controle das populações, no caso da população em situação de rua, denotam que o fenômeno da produção das “subjetividades da rua” possui gradientes que podem incorrer em aspectos que vão da negação, invisibilização, segregação e opressão desse segmento, a crimes como a agressão, assassinato, estupros e chacinas, dentre outros tipificados pelo Código Penal, e que colocam a sociedade brasileira em permanente comprometimento quanto à garantia de Direitos e em uma problemática reveladora da distância entre possuir uma das legislações mais avançadas do mundo e penar socialmente quanto à sua não implementação.

Além dos crimes, existe uma gama de prisões, internações e interdições perpetradas pelo Estado e que coloca o projeto de cidadania plena em xeque. Isto se soma à problemática dos Direitos Humanos constituírem apenas um arcabouço teórico e não um aparato jurídico. Essas práticas têm na expropriação do território e do saber-poder, a saber, daqueles que na cidade se organizam à margem, um ponto fundamental de sua estratégia de extermínio. Uma das principais práticas discursivas do ponto de vista do controle e que propiciam o extermínio e a internação dos moradores de rua é a prática da limpeza.

O drama urbanístico que se esboça no horizonte deste fim de milênio é apenas um aspecto de uma crise muito mais fundamental que envolve o próprio futuro da espécie humana neste planeta, sem uma reorientação radical dos meios e, sobretudo, das finalidades da produção, e o conjunto da biosfera que ficará desequilibrado e que evoluirá para um estado de incompatibilidade total com a vida humana e, aliás, mais geralmente, com toda forma de vida animal e vegetal. Essa reorientação implica, com urgência, uma inflexão da industrialização, particularmente a química e a energética, uma limitação da circulação de automóveis ou a invenção de meios de transportes não-poluentes, o fim dos grandes desflorestamentos... (GUATTARI, 1992, p. 172).

Nós sabemos que uma maneira muito eficaz de negar e destruir saberes e identidades é a produção de um discurso sobre a alteridade, sobre o Outro. E neste sentido, nada mais efetivo do que um discurso antipedagógico sobre o que o Outro é. Neste sentido, a população em situação de rua sofre imensamente, dada a sua vulnerabilidade, além de todas as outras, simbólica, no sentido de que ao serem tratados como os mais fracos, também tendem a ter seu modo de vida e sua subjetividade como inferior.

Ao determinar o Outro como sub-humano ou inferior, produz-se um mecanismo brutal do pensamento hegemônico, que operou e opera o silenciamento de produções de saberes, de vivências, e que negou e nega a alteridade dos povos e das populações.

Das ilhas e margens – viver sem lugar

Quanto ao abandono das pessoas, é sempre muito delicado pensar como agir: em um sentido, pensarmos a não domesticação da subjetividade e, portanto, no respeito às maneiras de ser e estar no mundo e, por outro lado, a dimensão de acesso e direito que todos devem ter para uma vida digna.

Pensar de maneira a conjugar a vida comunitária e o espaço geográfico-físico num sentido que revela a população e o sentido histórico de algumas regiões que se desvalorizaram, como a região do Porto, por exemplo, dá-nos a dimensão de quanto o controle do ambiente releva o condicionamento da vida de comunidades inteiras. O que acontece hoje com o Porto, configura um abandono por parte do poder público e ao mesmo tempo uma tentativa deste de investir numa revitalização. Esta revitalização vem sendo descontinuada e, para efeito de retirada dos moradores de rua, também ineficaz.

A ineficácia, no entanto, possui dois aspectos: a ineficácia na retirada da população, pois esta resiste, criando maneiras de por um lado “se esconder” e, ao mesmo tempo, de se mostrar a partir da vulnerabilidade; e a ineficácia do poder público, também de outro ponto de vista: o de trazer benefícios à população do bairro, sobretudo à população de rua. O não acesso da população local ao rio tornou grandes partes do lugar numa espécie de “esconderijo”, com aspectos de lugar abandonado e ao mesmo tempo, lugar ao qual se destinam lixo e animais mortos. Um lugar que está marcado com o uso de drogas, pela violência e pelo abandono. Estes aspectos criam novas margens do rio. Estas margens têm a característica da subalternidade, daquilo que está mesmo à margem.

As modificações no espaço não são homogêneas – elas são heterogêneas e se confundem, paradoxalmente, no tempo e espaço. Estas rugosidades são responsáveis pela dificuldade de racionalizarmos o espaço e também por perpetuar a história e seus agentes nos lugares. Nessas rugosidades, nesse estriamento do espaço, a população do Bairro do Porto caminha com seus movimentos e fluxos próprios inventando maneiras de sobreviver em mais uma ilha de exclusão, por um lado e, por outro, atuando no nascimento do que é novo e híbrido.

Arte e pedagogia da/na rua

Em Cuiabá, a situação de rua é compartilhada por uma população ativa e que cria, constantemente, intervenções das mais diversas. Junto dessa população existem vários artistas que criam alternativas para sua arte, justamente por sua identidade com a rua e também por não conseguirem lugar no mercado de arte. Este é o caso do graffiti, das intervenções, das performances e de um segmento do audiovisual (o audiovisual underground, trash).

Compreender a importância dessas manifestações da cultura popular é pensar este patrimônio como gerador de consciência estética. Esses bens culturais, por vezes efêmeros, são fontes de transformações cotidianas. No contexto da rua e da contracultura, eles se transformam em instrumentos de formação, logo, em uma educação estética, uma educação sem currículo formal. Essa dimensão da arte – a dimensão da criação estética como invenção cidadã e de novas possibilidades de rua, da arte de rua – configura uma maneira de vivenciar a cidade que não sucumbe ao ambiente privado, seja ele o espaço das galerias, museus ou o espaço particular da habitação convencional.

O rap, o grafite, o hip-hop, a arte popular em seu sentido mais genuíno – e não o da Indústria Cultural –, falam da perspectiva do oprimido. Paulo Freire, quando exilado pela ditadura militar, desenvolveu, na construção de um dos tantos edifícios nos Estados Unidos, um dos projetos de alfabetização de jovens e adultos que foi finalizado com um balé de máquinas concebido, organizado e realizado pelos trabalhadores. Os círculos de cultura foram durante os anos 60 um bom exemplo das possibilidades da cultura e das artes a partir de uma ótica popular. Esta é uma perspectiva para a cultura e a arte, mas esta ótica conciliatória, dialogada e que busca a intersecção entre o popular e o erudito é uma postura geralmente institucionalizada; é a postura do discurso, politicamente correto, da inclusão. Este discurso está distante da radicalidade da arte popular e marginal das ruas. Estamos falando da vida feita na rua, das dimensões vivenciais e de profundo enlace com o urbano, onde o combate ideológico se acirra quando se trata da defesa dos princípios da arte de rua.

Essa arte que mapeamos como uma arte marginal e totalmente ligada aos movimentos de protesto contra o atual estado de coisas, se faz no subterrâneo da produção local, de maneira que não mantém relação com nenhuma política institucional e ao mesmo tempo, é crítica dela. Divulga um movimento crítico em relação aos bens culturais e às entidades

governamentais e não governamentais; demonstra que há condições de possibilidades de discussões críticas e de fazeres artísticos para além dos próprios financiamentos.

Considerações finais

Nossas reflexões finais vêm no sentido de considerar que a população em situação de rua represente, de fato, uma população que possa escolher aquilo que, segundo seu desejo, é o melhor para si e que isso não seja impeditivo para sua permanência entre nós e para a manutenção de uma vida digna – que possamos entender o fenômeno “morar na rua” como uma possibilidade a mais da manifestação da vida, que afirmar a vida em sua potência e aceitar a diferença entre as pessoas é a marca da civilidade e da grandeza de uma cultura; que possamos entender também que a população de rua, apesar de vulnerável, possui tantos aspectos de luta como qualquer outra população que resiste ao modo de organizar e controlar a vida do sistema-mundo capitalista.

Nossas considerações expressam que, se falamos de ilhas em que se produzem essas dinâmicas sociais da vida da população em situação de rua, podemos também falar de ilhas de paz, onde está população possa usufruir de direitos pelos quais ela mesma luta, empurrando o campo dos Direitos Humanos e mobilizando para pensar a potência do pensamento e da auto-organização nômade. E que possamos entender que, é parte do processo de reconhecimento da população em situação de rua, a possibilidade de “deixá-la em paz, ou seja, precisamos entender que o controle sobre a vida do outro não é desejado e buscar isso a todo custo pode ser bem pouco político, bem pouco educativo.

Compreender que a gestão do tempo das pessoas, de sua força de trabalho é um processo do sistema-mundo capitalista ao qual a população em situação de rua pode resistir, e ao qual deveríamos nós também pensar que lugares reconhecidos como casa, podem trazer o bem-estar e a tranquilidade da casa, de laços diferentes daqueles que os fizeram deixar a própria casa e entender que o território da cidade pode ser um território de vida, portanto dessa casa arcaica que funciona como ninho, como abrigo, como espaço de produção e reprodução da vida.

Referências

- AGAMBEM, Giorgio. **A Comunidade que vem**. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 7053 de dezembro de 2009**: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília – DF: [s.n.], 2009.
- BOAL, Augusto. **A estética do Oprimido**: reflexões errantes sobre o pensamento o ponto de vista estético e não significativo. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia, vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 361 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose**: Um novo paradigma estético. 34. ed. São Paulo: 1992.
- LIMA, S. T. et al. (Org.) **RUAÇÃO**: das epistemologias da rua à política da rua. Cuiabá: EdUFMT, 2014.
- MEGAEVENTOS e violações de direitos humanos no Brasil**: Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. [S.l.: s.n., 20--]. Disponível em fomato PDF em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **O olho e o espírito**. Tradução Paulo Neves e Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 2006.

LINS, Daniel (org.) **Nietzsche/Deleuze: arte, resistência. Simpósio Internacional de Filosofia.** Fortaleza – CE: Forense Universitária, 2007.

PELBART, Peter Pal. **Vida Capital: Ensaio de Biopolítica.** São Paulo: Iluminuras, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (Org.) **Novas faces da vida nas ruas.** São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

Recebido: 30/09/2017

Aprovado: 01/02/2018

Publicado: 30/06/2019